

A redemocratização em contexto local: uma análise da atuação das oposições ao regime civil-militar em Rio Grande (RS)

El retorno a la democracia en el contexto local: un análisis del papel de la oposición al régimen civil-militar en la ciudad de Rio Grande (RS)

The return to democracy in the local context: an analysis of the role of oppositions to the civil-military regime in the city of Rio Grande (RS)

Nilton Garcia Sainz¹

Resumo

O município de Rio Grande (RS) foi considerado “área de segurança nacional” durante o regime civil-militar (1964-1985), o que, entre outras implicações, fazia com que o prefeito fosse nomeado e só ocorressem eleições diretas para a Câmara de Vereadores. No período de redemocratização (1983-1985), PMDB e PDT, os partidos de oposição à ditadura e ao chefe do executivo municipal, tinham maioria das cadeiras e realizavam o enfrentamento ao PDS, legenda do prefeito e de apoio ao golpe de 1964. A pesquisa tem como objetivo analisar os embates ocorridos na Câmara de Vereadores de Rio Grande entre essas forças políticas, no contexto do término da ditadura. Utiliza como fontes a análise das atas da Câmara Municipal, nas quais foram encontrados elementos que resgatam a história do período e demonstram que a oposição denunciava as condições nas quais se encontrava o município e o país, além de alimentar um sentimento de união entre os partidos que lutavam pelo retorno da democracia no Brasil, enquanto os vereadores governistas evitavam ingressar nesse debate.

Palavras-Chave: Área de Segurança Nacional, Poder Local, Regime Civil-Militar, Análise Legislativa, Rio Grande.

Resumen

La ciudad de Rio Grande (RS) fue considerada "área de seguridad nacional" durante el régimen cívico-militar (1964-1985), lo que, entre otras implicaciones, significó que el alcalde fuese nombrado y sólo ocurrió elecciones directas para la Cámara de los Concejales. En el período de redemocratización (1983-1985), PMDB y PDT, los partidos de oposición a la dictadura y al jefe del ejecutivo municipal, tenían mayoría de las sillas y realizaban el enfrentamiento al PDS, partido de apoyo al golpe de 1964. La investigación tiene como objetivo analizar los embates ocurridos en la Cámara de Concejales de Rio Grande entre esas fuerzas políticas, en el contexto del término de la dictadura. Las fuentes son las actas de la Cámara Municipal de Rio Grande, en las cuales se encontraron elementos que rescatan la historia del período y demuestran que la oposición denunciaba las condiciones del municipio y del país, además de alimentar un sentimiento de unión entre los partidos que luchaban por la democracia en Brasil, mientras los concejales gobernantes evitaban ingresar en ese debate.

Palabras claves: Área de Seguridad Nacional, Poder local, Régimen Cívico-Militar, Análisis Legislativa, Rio Grande.

Abstract

The city of Rio Grande (RS) had been considered a “national security area” during the civil-military regime (1964 – 1985) which, besides other implications, the mayor used to be nominated and direct elections would just happen for the Council chambers. By the period of redemocratization (1983 – 1985), PMDB and PDT, the

¹ Graduando em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Pelotas e bolsista de iniciação científica do CNPQ. Um agradecimento especial ao orientador dessa pesquisa Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil; niltongsainz@ig.com.br. Trabalho apresentado no III Encontro Humanístico Multidisciplinar e II Congresso Latino-Americano em Estudos Humanísticos Multidisciplinares, Jaguarão/RS, Brasil, 2017.

parties that were opposed to the dictatorship and the municipal executive president had the majority of the chairs and had been struggling against PDS, supporter party to the 1964's coup. The research has as its main objective to analyze the clashes occurred at Rio Grande's Council chambers among those political forces by the end of the dictatorship. It is used as the source of analyses the records from Municipal chambers, where had been found elements demonstrating that the opposition denounced the conditions which were settled the city and the country, and also fed a feeling of union among the parties that were fighting for democracy in Brazil, while the ruling councilors avoided to enter on that debate.

Keywords/Palabras clave: National security area, Local authority, Civil-military regime, Legislative analysis, Rio Grande.

1. Introdução

O presente estudo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que busca o aprofundamento científico em uma área da Ciência Política que até agora foi pouco explorada. Trata-se de uma investigação de história política que analisa o período legislativo de 1983 da Câmara Municipal de Rio Grande (RS), possibilitando, assim, abordar a atuação dos vereadores eleitos em 1982, ainda durante o regime civil-militar. A pesquisa limita-se a esta cidade pelo fato dela ter sido considerada Área de Segurança Nacional (ASN) durante a ditadura, fator esse que trouxe aos municípios considerados ASN uma série de memórias e traços específicos. O que explica essa condição geopolítica do município foram os investimentos ali aplicados na década de 70, principalmente, durante o governo Médici. Rio Grande também contava com as possibilidades estratégicas que uma cidade portuária pode oferecer (COSTA, 2011).

O fato de o município ser uma ASN fez com que ele não tivesse eleições diretas para chefe do executivo municipal. O prefeito era nomeado pelo poder executivo estadual, e aprovado pelo Presidente da República. Já na esfera do legislativo, continuavam ocorrendo as eleições diretas.

Nas eleições de 1982, com o enfraquecimento do regime civil-militar, os resultados apontam para o descontentamento do eleitorado riograndino em relação ao regime, deixando a maioria da Câmara com a oposição (PMDB/PDT) por conta de uma cadeira a mais que o partido herança do regime (PDS) como fica demonstrado na Tabela 1. Por conta dessa divisão, o cenário de discussões e embates na câmara legislativa era acirrado e resultava em uma dinâmica legislativa bastante intensa.

Tabela 1: Distribuição de cadeiras legislativas por partido (Rio Grande, 1982)

Partido	N
PDS	10
PMDB	7
PDT	4
Total	21

Fonte: TRE-RS

Diante disso, o presente artigo busca entender como se dava a atuação da oposição ao regime civil-militar na arena legislativa e sua relação com o executivo local. Assim, a pesquisa pretende responder se: a) a oposição na Câmara Municipal de Rio Grande era ao prefeito e à ditadura (enxergando o prefeito como a face local do regime); b) a oposição era ao prefeito, porém, deixa de confrontar a ditadura (por questões de repressão, medo ou conveniência).

2. O contexto do regime

Para podermos entender o que estava acontecendo no país durante os anos da redemocratização, é necessário que façamos uma revisão histórica sobre o regime civil-militar, mesmo que não seja o objetivo desse trabalho. Buscando sistematizar a compreensão das fases do regime civil militar, podemos pensá-lo em quatro fases: o golpe e a tomada de poder em 1964, que instaurou a ditadura civil-militar (Castello Branco, 1964-1967 e Costa e Silva, 1967-1969); a fase de consolidação do regime civil-militar (Médici, 1969-1974); uma fase de transformações e sinais de começo da abertura (Geisel, 1974-1979); e uma fase de desunião do regime (Figueiredo, 1979-1985) que chegaria até o ponto final do regime civil-militar que foi a eleição de Tancredo Neves em 1985 (CODATO, 2005, p.83; COUTO, 2003, p.63).

Além de interromper o experimento democrático brasileiro que durava quase 20 anos, o regime civil-militar ficou marcado por ser um período duro em relação à repressão do Estado autoritário. Foi durante as duas primeiras fases (instauração da ditadura e consolidação) que ocorrem as medidas de mais teor de austeridade por parte dos militares e que foi fortemente ampliado os poderes do Executivo através do AI-1 (Ato institucional) de 1964.

Ronaldo Couto caracteriza a política do período do regime civil-militar como:

Um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar, redução ou supressão de direitos constitucionais, repressão policial, censura à imprensa, controle casuístico

do processo político, esvaziamento do Poder Legislativo, limitação do Judiciário e domínio arbitrário do Poder Executivo (COUTO, 2003, p.41).

Foi nas mãos do General Castello Branco que começam as reformas econômicas e políticas do regime, e que atingem a sociedade para além das perdas de liberdade de escolha e opinião. Esse governo cria alicerce para o desenvolvimento dos outros dois governos que estavam por vir (Costa e Silva, Médici). Foi também no governo de Castello Branco que foi extinguido o pluripartidarismo, através do chamado AI-2 (Ato Institucional) e também houve a cassação do direito político de mais de dois mil brasileiros. Contra a vontade de Castello Branco, o escolhido para a sua sucessão foi o General Arthur Couto e Silva, representante da “linha dura” dos militares. Couto e Silva, em 1968, decreta o AI-5 (Ato Institucional), que segundo Ronaldo Couto (2003, p.85) foi “ponto culminante da legislação autoritária e do autoritarismo”, e, de fato, o AI-5 trouxe um aprofundamento do militarismo, visto que ampliou ainda mais o poder do Executivo para governar de acordo com os seus interesses (COUTO, 2003, p. 85). No final de 1969, os militares realizam uma consulta para escolher o sucessor de Couto e Silva, que ficou impossibilitado por conta de uma doença. Nessa consulta, é eleito o General Emilio Garrastazu Médici.

O governo de Médici além de marcado pela “parceria” entre militares e tecnocratas e pelos chamados “anos de chumbo”, fica marcado por ser o mais duro e arbitrário (COUTO, 2003, p.110). Durante esse período de consolidação do regime, a repressão e a censura ganham mais força, o uso da violência e de atos que ferem os direitos humanos crescem no país. Outro ponto fundamental do governo de Médici, é o “avanço” econômico da época, que fica conhecido como “milagre econômico”. O crescimento econômico acelerado, a baixa inflação e o nível de emprego elevado, ajudaram a legitimar o modo de fazer política desse governo, tudo isso associado a uma imagem de que era resultado de um governo forte. O marketing do governo Médici é fundamental para o seu governo, visto que o período oportunizou resultados favoráveis ao partido do regime, assim como foi fundamental para o crescimento econômico e sua forte repressão. Mas é importante lembrar que o governo era concentrador de renda, logo, ao mesmo tempo em que as elites econômicas do país eram favorecidas, outros milhões de brasileiros viviam em péssimas condições, como era por exemplo, o caso dos trabalhadores do campo (SKIDMORE, 1988, p.216).

Em uma eleição indireta em 1974, e sem chances reais de uma vitória por parte da oposição, Ernesto Geisel é escolhido como novo chefe do Poder Executivo. Foi no governo de Geisel, um militar vindo da facção castelista, que a “distensão lenta, gradual e segura” começa a ocorrer e a ditadura principia a ser desmontada. Todavia, a tarefa de Geisel não foi fácil, o

governo conviveu com a pressão vinda da linha dura do regime, avanço da crise do petróleo e o disparo da dívida externa (COUTO, 2003, p.143). Sabendo das dificuldades que iria enfrentar, junto com um dos principais estrategistas do governo da época (o riograndino Golbery do Couto e Silva), Geisel não abriu mão dos seus poderes concentrados, a repressão e o medo continuavam a ocorrer no país, porém de forma mais isolada.

Em 1974, começa a ascensão da oposição (MDB) e uma resposta através da “força crítica do voto urbano” (TRINDADE, 1985, p.13). O MDB consegue ganhar 16 dos 22 cargos disponíveis para renovação no Senado, e também passa de 28% da Câmara Legislativa para 44%, o que retira a aprovação unipartidária (via ARENA) de emendas constitucionais, que exigiam mais de dois terços (COUTO, 2003, p.160). Sentindo as respostas das urnas, os militares articulam uma resposta unilateral e casuística para recompor e melhorar o desempenho do seu partido. A grande estratégia desse governo era através da via eleitoral, o que aproximava os militares do seu objetivo, tornando a transição um processo mais seguro, estável e com possibilidade de ser manipulado.

Em 1976, o Poder Executivo decreta a Lei Falcão, que limitou o uso da propaganda política no rádio e na televisão. Essa medida ocorreu por conta dos militares associarem o sucesso do MDB às propagandas feitas através das mídias (SKIDMORE, 1988, p.371). Mesmo com as medidas da Lei Falcão, o MDB continuou o avanço iniciado em 74. Com isso, os estrategistas do governo notam que só a Lei falcão não teria força suficiente para barrar a forte ascendência da oposição nas próximas eleições (1978), e que seriam eleições diretas para as assembleias estaduais, Câmaras dos Deputados e renovação de 2/3 do Senado, além de eleições indiretas para os executivos estaduais. Logo, em 1977, para se salvar de uma derrota que traria consequências graves ao governo militar e ao modelo de abertura, Ernesto Geisel recorreu ao AI-5 e fechou o congresso. Essas mudanças ocorridas através do fechamento do congresso ficam conhecidas como “Pacote de Abril” e trouxeram diversas mudanças constitucionais que alteraram o sistema político nacional. No final do seu mandato, Geisel conseguiu ter o controle do sistema militar e tinha as condições viáveis para dar continuidade ao processo de abertura, e, antes do fim do seu mandato, revogou o AI-5.

Quanto a sucessão presidencial que estava marcada para acontecer, o escolhido de Geisel para ampliar o processo de abertura foi o general João Batista Figueiredo, que ocupava o cargo de chefe do Serviço Nacional de Informação, e este, carregava em seu governo a expectativa da transição democrática. Figueiredo foi eleito por eleições indiretas, derrotando outro militar, o general Euler Bentes Monteiro, e em março de 1979 assume o Executivo nacional.

O último governo do regime militar enfrentou duras turbulências econômicas e políticas, ao mesmo tempo que seguiu o processo de liberalização política. Nesse governo ocorreu o aumento da participação política da oposição, menos repressão em relação às greves, manifestações populares e também manifestações de apoio as eleições diretas para presidente. Nesse período houve também aprovação da lei da anistia geral, restabelecimento do pluripartidarismo, eleição direta de governadores e fim das eleições indiretas de senadores.

Além de ter que enfrentar o fervor político e social da época, Figueiredo se defrontou com os desafios econômicos. O país passava por uma série de problemas, com uma dívida externa gigantesca, sendo um país dependente de importações e o terceiro maior devedor do mundo no início dos anos 80 (COUTO, 2003, p.259). Mas, apesar da forte recessão, a descompressão política continuava a ocorrer, e em dezembro de 1979 os estrategistas do governo Figueiredo articulam com a maioria no congresso o término do bipartidarismo, extinguindo a ARENA e o MDB, e pondo em prática a Emenda Constitucional criada em 1978 que flexibilizava as leis para a criação de novos partidos, dando assim início a um novo pluripartidarismo no país. A estratégia dos militares com a viabilização de novos partidos era de conter os avanços do MDB, assim dividindo a oposição em outros quatro partidos inicialmente e criando um partido de “centro” (o Partido Progressista).

As oposições antes agrupadas em um único partido, agora se dividiram: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ser chamado de Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); foi criado o Partido Democrático Trabalhista (PDT), reunindo a herança trabalhista varguista; surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) oriundo dos movimentos sindicais e outros segmentos da sociedade civil; e por fim, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido comandado por Ivete Vargas que ficou com a sigla após uma disputa judicial com o grupo liderado por Leonel Brizola (TRINDADE, 1985, 20; LIMA JR, 1993, p.41). Porém, antes das eleições de 1982, o sistema político sofreu uma alteração, e acabou aglutinando o partido de centro PP ao PMDB. Em 1980, foi aprovada uma Emenda Constitucional que restabelecia as eleições diretas para governador e senador, extinguindo o “senador biônico” e deixando com eleições indiretas apenas as capitais e os municípios que eram considerados área de segurança nacional.

As eleições 82 ficam marcadas por uma ampliação do debate político, com mais espaço para as discussões e também pela eficácia dos pacotes de reformas casuísticas executadas pelo governo militar, que conseguiu eleger uma maioria no Senado, elegeu maior parte dos governadores e teve maior representação parlamentar na Câmara dos Deputados, mantendo a hegemonia do PDS (COUTO, 2003, p.311; LIMA JR, 1993, p.43). Porém, do

ponto de vista eleitoral, o PMDB também atingiu resultados positivos, pois foi o partido mais votado nas eleições majoritárias para os governos do estado e Senado Federal, porém não atingindo resultados melhores que o partido governista nas eleições proporcionais (LIMA JR, 1993, p.43).

As mobilizações por diretas em 83 cresceram, a crise econômica continuava a maltratar o povo brasileiro, e articulações encabeçadas por governadores estaduais ocorreram em busca de articular as eleições diretas através de uma Emenda Constitucional que seria aprovada pelo congresso. E em 15 de janeiro de 1985 Tancredo Neves foi eleito Presidente da República através de uma escolha indireta (via Colégio Eleitoral), derrotando Paulo Maluf, devolvendo o cargo de chefe do Poder Executivo nacional para um civil (COUTO, 2003, p.398).

3. A Doutrina de Segurança Nacional e o contexto local

A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil surge antes do golpe militar de 64. Ela apareceu na história do país no governo de Getúlio Vargas, como Lei de Segurança Nacional (LSN), e tinha como objetivo retirar do Código Penal as penas sobre os crimes contra a segurança do Estado. Porém, após o golpe de 64, a LSN ganha novos significados e uma reformulação (DAL RI JÚNIOR, 2013, p.525). Com a entrada dos militares no poder a concepção de segurança nacional foi modificada, servindo para acorrentar o Brasil e os brasileiros a um Estado autoritário e a um modelo político técnico-militar sem limites (BICUDO, 1984, p.36). Com isso, os militares tinham controle total da administração do país, e utilizaram das ferramentas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em seu favor e em detrimento do povo.

Porém, essa “Doutrina” da qual o regime fez uso vem importada dos Estados Unidos, mais precisamente da *National War College*, após a Segunda Guerra Mundial como relata Arno Júnior (2013, p.530), e vale fazer menção da forte influência das escolas de guerra americanas no regime militar brasileiro e na formação do pensamento dos atores ligados ao militarismo da época, principalmente os castelistas (SKIDMORE, 1988, p. 316). O que caracteriza o pensamento da segurança nacional que surge após a Segunda Guerra Mundial é a ideia de proteção das partes fundamentais de um Estado, como por exemplo a política e a economia.

Hélio Bicudo explica a ideologia da segurança nacional Norte Americana da seguinte maneira:

A segurança nacional, portanto, na visão dos cientistas políticos americanos, implica preservar a integridade física e territorial da nação; manter e termos razoáveis suas relações econômicas com o resto do mundo; proteger sua maneira de ser, suas instituições e governo, contra a desordem vinda do exterior (BICUDO, 1984, p. 15).

O município de Rio Grande, como uma dessas cidades que foram consideradas área de segurança nacional, passou por uma série de mudanças durante o período. Por ser uma cidade portuária, ela chamava a atenção dos militares, tanto pela questão econômica, quanto pela questão da segurança costeira. E por conta de ser ponto estratégico, durante os anos do milagre econômico, Rio Grande foi alvo de investimentos, o que elevou o porto da cidade e fez com que o Rio Grande do Sul ganhasse destaque no cenário econômico nacional, além de proporcionar para a cidade uma esperança de recuperação econômica através do complexo industrial-portuário (COSTA, 2011, p.2).

Por outro lado, a cidade tinha a restrição político eleitoral de não poder escolher seu prefeito por meio de eleições diretas. Além disso, até o ano de 1976, Rio Grande tinha um único periódico em circulação, este que tratava das políticas do regime com animação e em tom progresso. Era feita uma propaganda favorável ao regime, e junto a isso, um período próspero do governo Médici nacionalmente, e que trouxe diversos investimentos para região.

Era comum o periódico local estampar, em sua capa, uma grande imagem do General Médici, exaltando sua figura e seu modo de governo, normalmente imbricadas com as melhorias realizadas no porto, de modo a persuadir os leitores de com Médici e os militares, Rio Grande estava no caminho certo. [...]. Desse modo, seguindo essa perspectiva, o periódico acabou contribuindo para que os riograndinos entendessem que a exploração das potencialidades da cidade auxiliava no crescimento do país, o que acentuava o bairrismo e, ao mesmo tempo, o sentimento de fazer parte, de pertencer ao projeto nacional de um país que estava dando certo (COSTA, 2011, p.4).

Logo, o marketing e a propaganda favorável ao governo Médici e aos militares da época, fizeram com que a ARENA conseguisse resultados favoráveis durante o período. Rio Grande além da participação em relação a investimentos econômicos do regime militar, também teve um importante personagem atuante no regime, principalmente durante o governo Geisel. Golbery do Couto e Silva era oriundo do município, e como aponta Costa (2011, p.6) atuava como “porta-voz dos anseios da população riograndina” e com esse importante personagem, Rio Grande foi privilegiado com quantias de dinheiro enviados a prefeitura (COSTA, 2011, p.6).

4. Metodologia da pesquisa

A pesquisa ocorre através de revisões de literatura e análises de conteúdo nas atas da Câmara Municipal de Rio Grande. O estudo caracteriza-se por ser quantitativo e qualitativo, e como explicam Caregnato e Mutti (2006, p.682), a análise de conteúdo pode se dar das duas formas, sendo a quantitativa “uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto” e a qualitativa “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem”.

Sendo assim, na coleta de dados é feita a leitura integral dos textos das atas do período e extraídos fragmentos dos discursos que possibilitem uma análise e demonstrem o posicionamento dos vereadores. Dessa forma, para sistematizar a coleta e melhor interpretar os dados, foram criadas duas tipologias de discursos para o partido herança do Regime (PDS): (1) de apoio ao regime civil-militar, na qual é considerada qualquer manifestação de apoio ao presidente, prefeito ou demais membros do governo militar, e (2) de crítica ao regime civil-militar, na qual é considerado qualquer demonstração de descontentamento com o regime político vigente, isso inclui também manifestações de apoio à democracia ou críticas à atuação de atores políticos ligados ao partido representante do governo militar. E para os partidos de oposição também são criadas duas tipologias de discursos: (1) os de críticas ao regime civil-militar, que fica entendido como toda a denúncia ao golpe de 64 e as políticas públicas realizadas pelo Executivo nacional. Também se configura crítica ao regime, as demonstrações de apoio à volta da democracia e de eleições diretas para todos os cargos e todas as cidades (extinguindo a área de segurança nacional); e (2) de críticas ao Executivo local, que abarcam as denúncias e críticas por parte da oposição em relação ao regime na sua face local, ou seja, ao prefeito e à bancada do PDS.

5. Resultados da pesquisa

Os resultados apresentados neste artigo versam sobre a análise das atividades legislativas da câmara Municipal dos vereadores de Rio Grande do ano de 1983, que se refere à 9ª legislatura. Foram analisadas o total de atas que constam nos cadernos da Câmara dos vereadores do município, contabilizando um total de 110 documentos. Dentre estas 110 atas analisadas estão: sessões ordinárias, sessões extraordinárias e reuniões de comissões representativas. Neste trecho do artigo, será feita a análise por partido, assim trabalhando a atuação de cada bancada representada no Legislativo municipal.

5.1. Partido Democrático Social (PDS)

Com um total de 10 representantes (partido com a maior bancada) na Câmara Municipal de Rio Grande, a atuação dos vereadores do partido herança do regime militar pode ser considerada baixa em relação aos assuntos que giravam em torno do debate sobre a abertura democrática e a conjuntura nacional da época, como fica demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDS (Rio Grande, 1983).

Posicionamento	N
Apoio ao regime	23
Críticas ao regime	22
Total	45

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983.

A maior participação da bancada do PDS acontece nas manifestações de apoio ao regime. Porém, quando o número de discursos é comparado com o total de atas analisadas, percebe-se que a atuação da bancada é baixa. Principalmente se analisarmos em comparação com os números de críticas ao governo militar. Para irmos além dos números, o que chama a atenção nos discursos de apoio ao regime é a forma na qual são colocados. Na maioria das vezes, são colocados de forma breve e são feitos num tom que aparentam uma cautela por parte de quem proferi o discurso.

Um exemplo de discurso que sai em apoio ao regime, foi o proferido pelo vereador Edes Cunha ao se posicionar sobre área de segurança nacional:

Finalizando, enfoca os problemas das áreas de segurança, declarando que não iria tripudiar sobre as mesmas, todavia, ressalta as ponderáveis verbas federais que Rio Grande recebeu para seu desenvolvimento, nesses últimos anos (RIO GRANDE. Câmara Municipal de Vereadores, 1983, Livro 63, Ata 4.623).

Em relação aos discursos que fazem críticas ao regime civil-militar, chama a atenção pela proximidade numérica com as manifestações de apoio ao governo. É notável um consenso dos vereadores da bancada do PDS pelo encaminhamento da abertura democrática, logo, muitos dos discursos vão caminhar nessa direção. Também é importante dizer que os vereadores pedessistas demonstravam insatisfação com o momento de crise na qual o país estava passando, e visto as eleições passadas, o custo político de defender ou de apenas negligenciar o péssimo momento econômico e social poderia ser alto. Para demonstrar um posicionamento que mostra o vereador do PDS se posicionando sobre a volta da democracia, fica o registro das palavras do vereador Érico Martins “[...] desejando que cristo lhes ilumine

para que, a democracia que se inicia prospere e progrida entre todos, especialmente nessa casa” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, Ata 4.638).

Em suma, podemos dizer que as manifestações dos vereadores do PDS eram cautelosas em relação aos assuntos que estavam relacionados ao regime militar. Nas manifestações de apoio ao regime existia o cuidado para não parecer que o vereador não concordava com as pautas da oposição, mas ao mesmo tempo era necessário evocar a atuação do regime no município. Também existe as tentativas de igualar a atuação do governo militar com os governos de oposição, buscando uma “legitimação” das políticas públicas do regime. E nas manifestações de crítica ao regime militar, os pdsistas não entram a fundo no debate, mas já indicavam sinais da aceitação e até mesmo de um certo apoio com o movimento democrático.

5.2. Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

O PMDB é o partido oposicionista com o maior número de membros na câmara de vereadores de Rio Grande. Na tabela 3, são apresentados os números da atuação do partido:

Tabela 3: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PMDB (Rio Grande, 1983).

Posicionamento	N
Críticas ao Executivo local	13
Críticas ao regime	56
Total	69

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983.

O PMDB, como partido com o maior número de vereadores, elegeu o presidente da câmara do ano de 1983. Com isso, é observável a união entre as bancadas de oposição ao regime. O número de críticas ao regime civil-militar por parte do PMDB é considerável, e destacam-se alguns dos seus quadros, que enfáticos na luta pela democracia e também nas denúncias sobre as mazelas nas quais se encontrava o país durante esse período.

No intuito de demonstrar um pouco sobre a atuação crítica do PMDB em relação ao regime e a conjuntura nacional, destaca-se o discurso do vereador Delamar Correa Mirapalheta:

Em 1961 a dívida externa brasileira era de cr\$ 3,4 bilhões, em 1963 caiu para cr\$ 3,1 bilhões. Em 1973 a dívida externa já chegava aos cr\$ 12,6 bilhões, e hoje dezenove anos depois do golpe militar contra Goulart, o Brasil deve cr\$ 100 bilhões [...] O resultado nos sabemos, desemprego, fome, miséria, caos nacional, o que resta saber é quem paga a dívida. A resposta do presidente é óbvia e ululante, o povo brasileiro,

especialmente os trabalhadores brasileiros (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.634).

Já as críticas ao executivo local são em menor número, e são principalmente focadas nas políticas administrativas e na falta de atenção do prefeito com o legislativo.

Para exemplificar esse tipo de crítica ao regime local, o discurso do vereador Sérgio Satt:

[...] enquanto o Executivo manter funcionário altamente remunerados que nada fazem, enquanto o Executivo construir obras, para funcionários com o dinheiro público, enquanto a CRD ficar admitindo suplentes do PDS, já aposentados, vai ser realmente muito difícil melhorar os índices de aumento do funcionalismo público (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.627).

Portanto, pode-se dizer que o PMDB era uma força de oposição atuante em relação ao regime civil-militar dentro da arena legislativa, exercia um papel atuante, sem esconder seu posicionamento diante dos problemas que assombravam o país e o município.

5.3. Partido Democrático Trabalhista (PDT)

O PDT era partido com o menor número de membros na Câmara, ao mesmo tempo era o que mais assomava à tribuna para proferir discursos críticos ao regime civil-militar, como fica demonstrado na tabela 4.

Tabela 4: Discursos que demonstram posicionamento dos vereadores do PDT (Rio Grande, 1983)

Posicionamento	N
Críticas ao Executivo local	18
Críticas ao regime	80
Total	98

Fonte: Autoral baseado em CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, Anais, Livros 63-64, 1983.

Com um número inferior de vereadores na câmara legislativa, chama a atenção os números da participação dos vereadores do PDT em relação à crítica ao regime civil-militar. Para além dos números, os vereadores do PDT se indicavam como a oposição mais ferrenha ao golpe de 64 e ao regime civil-militar, assim trazendo à tona inúmeras denúncias sobre a condição de crise em que o país passava e ao modelo de governo dos militares.

Para demonstrar isso, destaca-se o discurso relatado nas atas pelo vereador Ayrton Lopes da Silva:

Nunca como neste ano os mentores da espoliação estiveram tão desmascarados e abertamente. A nação está na crista da maior crise econômica dos cinquenta anos, de miséria, de desemprego, de fome. Os erros da política econômica foram apontados desde 1964 até o governo atual. Sendo que todos estes governos ficaram surdos as consequências desastrosas. (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 63, ata 4.605).

Já em relação as críticas ao Executivo local, o PDT também apresenta um número maior de discursos proferidos. E também giram em torno das políticas do prefeito Abel Dourado e da sua falta de atenção com o legislativo municipal.

Afim de demonstrar uma crítica do PDT ao Executivo local, o discurso registrado nas atas do vereador Luiz Alberto Modernel:

Mas acho que após tantos anos, vou me queixar do Sr. Abel Abreu Dourado, considera que quando um vereador público faz uma crítica e, procura ao município para corrigir e este não toma as devidas providências. Talvez seja, diz o orador, pelo fato de não ser eleito diretamente pelo povo [...] (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1983, Livro 64, ata 4.653).

Assim, cabe dizer que a atuação do PDT é mais obstinada se comparada com o outro partido oposicionista. Durante todo ano de 1983 os vereadores do partido buscaram trazer a público o debate econômico e as denúncias acerca da crise econômica e política em que o país se encontrava.

6. Considerações finais

Voltando à pergunta inicial da pesquisa, podemos dizer que a oposição em Rio Grande era ao prefeito e à ditadura. As oposições não concentravam suas críticas apenas ao prefeito municipal, mas alcançavam toda a conjuntura na qual o Brasil se encontrava. A pesquisa também indica que o ambiente era favorável para oposição tecer críticas à política do regime e à atuação do prefeito, assim não parecendo existir retaliações por parte dos militares ou dos representantes vinculados ao partido que os representava.

Quanto à atuação do partido representante do regime, é notável que os vereadores da bancada fazem menções de apoios e também criticam o regime civil-militar e suas políticas. Todavia, em grande parte dos casos em que a oposição discute a conjuntura nacional, os vereadores do PDS não se posicionam e preferem preservar suas posições ou até negligenciar o debate. Também vale ressaltar, o cenário desfavorável para o partido oriundo do regime, o que fazia com que os representantes da época calculassem o custo político de não se posicionar em relação a alguns debates, mesmo que de forma mais cautelosa.

Quanto à atuação das oposições, juntas elas somam 136 discursos de críticas ao regime civil-militar, em 110 atas analisadas, o que dá uma média de 1,23 discursos de crítica ao regime e suas políticas por ata. Já para as críticas ao Executivo local, foram encontrados 31 discursos, fechando uma média de 0,28 discursos por ata. Apesar de não se ter conhecimento sobre um estudo semelhante que possibilite a comparação, é cabível dizer que a oposição em Rio Grande é crítica e atuante em relação ao regime, e lutava a favor da abertura democrática. Pode-se relatar, ainda, que o argumento na qual mais fazia parte da realidade diária da oposição para criticar a política do governo de João Figueiredo, era em relação à política econômica do período e de seu ministro Delfim Neto, que inúmeras vezes é citado, visto as condições de desemprego e miséria no país.

Referências

- BICUDO, H. **Segurança Nacional ou Submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, n. 15, v.4, 679-684, out-dez, 2006.
- CODATO, Adriano N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.
- COSTA, L. B. A Cidade do Rio Grande ao longo da década de 1970: desenvolvimento econômico, vigilância e repressão em área de segurança nacional. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, n.26, 2011. Anais... São Paulo, jul, 2011.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DAL RI JÚNIOR, Arno. O conceito de segurança nacional na doutrina jurídica brasileira: uso e representações do Estado Novo à ditadura militar brasileira. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 525-543, Jul-Dez, 2013.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracias e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castello a Tancredo (1964 – 1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TRINDADE, Hégio. **Partidos Políticos e Transição Democrática: Populismo/ Anti-populismo na Política Brasileira**. GT “Elites Políticas” In: Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Outubro, 1985.
- CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, **Anais**, Livros 63-64, 1983.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Eleições. **Resultados**. Disponível em: <www.trers.gov.br/upload/14/Municipais_Rio_Grande1982.PDF>. Acesso em: 12 mar. 2017.